



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO

PROJETO BÁSICO Nº 10/ 2022 - SEADM-PV

1. **DO OBJETO**

1.1. Aquisição de sensores de temperatura para substituição nas três unidades do Chiller Industrial (unidade resfriadora de líquido), para atender o Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.

Item	Descrição	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Aquisição de sensores de temperatura para Duto/Imersão, para fins de substituição nas três unidades do Chiller Industrial (unidade resfriadora de líquido), para atender o Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.	BR0484039	Und	10
02	Aquisição de sensores de temperatura para CH530, para fins de substituição nas três unidades do Chiller Industrial (unidade resfriadora de líquido), para atender o Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.	BR0483341	Und	10

1.2. A contratação será de acordo com a modalidade: **Inexigibilidade de Licitação**, com base no inciso I, artigo 25, da Lei nº8.666/93.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O CR-PV possui três unidades de sistema de refrigeração (chiller), onde atualmente 4 (quatro) sensores de temperatura para duto/imersão e 4 (quatro) sensores de temperatura para CH530 encontram-se danificados.

2.2. Estes sensores não estão contemplados no rol de materiais sob demanda do Contrato nº40/2022, cujo objeto é de contratação envolvendo a prestação de serviços técnicos especializados e continuados em manutenção preventiva, corretiva, preditiva, extramanutenção, instalação, monitoramento e operação dos Sistemas de Energia Elétrica – SEE, Sistemas Eletrônicos Complementares – SEC, Sistemas de Climatização – SCLIM, Sistemas Hidrossanitários - SHD, Sistema de Geração Fotovoltaico – SGF e Sistema Predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, peças, equipamentos e materiais sob demanda, para atender as necessidades do Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

2.3. Diante disto, foi realizada a análise técnica quanto a necessidade de realizar a aquisição destas 8 (oito) unidades, a fim de substituir os sensores danificados.

2.4. Tendo em vista que o tempo de vida útil mínimo deste sensor é de 12 (doze) meses, sendo que em casos de descargas elétricas ou falhas eventuais do equipamento podem vir a danificar estes sensores, esta Equipe de Planejamento verificou a necessidade de realizar a aquisição de mais 12 (doze) unidades como peças sobressalentes, totalizando desta forma a aquisição de 20 (vinte) unidades de sensores, sendo metade do modelo para duto/imersão e a outra metade do modelo para CH530.

2.5. A substituição destes sensores é importante na prevenção de danos maiores ao equipamento, sem a necessidade de corretivas de maior porte, custo e complexidade. A manutenção preventiva é considerada boa prática na administração pública, uma vez que visa a economicidade e eficiência dos gastos públicos, pois demonstra o cuidado, zelo e acompanhamento contínuo dos bens integrantes do patrimônio do Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD.

2.6. Justifica-se a escolha do fornecedor tendo em vista que, em atendimento ao que preconiza o inciso II, artigo 26, da Lei nº8.666/1993, trata-se de equipamento da marca TRANE, o qual requer peças originais de mesma marca, visando garantir o funcionamento e a segurança de outros componentes do sistema.

2.7. Em virtude disto, foi juntado ao processo o atestado de exclusividade emitido pela empresa TRANE TECHNOLOGIES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR-CONDICIONADO LTDA (5131410), declarando que a citada empresa é a representante da **The Trane Company** no Brasil, para executar serviços e fornecer peças originais da marca Trane.

2.8. Diante disto, em razão da exclusividade no fornecimento de peças originais da mesma fabricante do equipamento, conforme Atestado de Exclusividade (5131410) integrante do processo, se faz necessária a contratação na modalidade Inexigibilidade de Licitação, com base no inciso I, artigo 25, da Lei nº8.666/93. Eis o teor:

Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

3. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente processo correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0007 - Funcionamento e Manutenção do Censipam

e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640

f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Aquisição de Sensores de Temperatura, para atender o Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.	33.90.30.26 - Material Elétrico e Eletrônico

g. Código do Sistema PTA/2022: 240/22 – Aquisição de Sensores de Temperatura

4. DO CUSTO ESTIMADO

4.1. A contratação da empresa fornecedora exclusiva das peças da marca TRANE, cuja empresa é a TRANE TECHNOLOGIES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR-CONDICIONADO LTDA - CNPJ: 01.610.517/0014-80, conforme o Atestado de Exclusividade (5131410), terá o custo estimado de **R\$ 16.144,77 (dezesseis mil cento e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos)**, conforme a proposta de preço do fornecedor (5131488).

4.2. O custo estimado encontra-se da seguinte forma:

Item	Descrição	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Aquisição de sensores de temperatura para Duto/Imersão, para fins de substituição nas três unidades do Chiller Industrial (unidade resfriadora de líquido), para atender o Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.	BR0484039	Und	10	797,020	7.970,20
02	Aquisição de sensores de temperatura para CH530, para fins de substituição nas três unidades do Chiller Industrial (unidade resfriadora de líquido), para atender o Centro Regional de Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.	BR0483341	Und	10	817,457	8.174,57
VALOR TOTAL (R\$)					16.144,77	

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Caberá a empresa contratada o cumprimento, no que for cabível, da IN/SLTI nº 01/2010, a qual dispõe sobre critério de sustentabilidade ambiental:
- 5.1.1. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 5.2. A contratação também requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DE RECEBIMENTO

- 6.1. Os custos do frete e deslocamento entre as instalações da contratante e os locais de entrega, bem como os custos de transporte e seguro da carga transportada correrão por conta da contratada.
- 6.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato entre o Censipam e a CONTRATADA, em remessa única, no seguinte endereço: Avenida Lauro Sodré, nº6.500 - Bairro: Aeroporto, Porto Velho/RO, CEP 76.803-260, no horário de 8:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00 horas.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos
- 7.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- 8.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da prestação dos materiais e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018;
- 10.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto;
- 10.3. A verificação da adequação da prestação do material deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico;
- 10.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do material para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 10.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do material com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 10.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do material em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no projeto básico e no Contrato;
- 10.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 11.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, com comprovação de condições de habilitação e regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF.
- 11.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado a este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada em relação à aquisição dos materiais, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas na IN/SEGES nº 05/2017.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Caso se constate a falta da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.
- 11.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.7. Antes dos pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 11.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do objeto, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o objeto em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 12.1.1. A finalidade da garantia contratual é assegurar a plena execução do Contrato e evitar prejuízos ao erário. A partir do momento da entrega totalitária do objeto e este for aceito pela equipe de fiscalização, conclui-se que todas as obrigações da contratada foram atendidas e não havendo a necessidade por parte da mesma de apresentar uma garantia contratual.
- 12.1.2. Pagamento do bem após finalização do objeto contratado.

13. DA GARANTIA DO BEM

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens a serem adquiridos é de 3 (três) meses, a contar da data de recebimento definitivo por parte da equipe de fiscalização, conforme Código de Defesa do Consumidor, e a Garantia Padrão da Contratada (4749186), observando os termos e condições gerais da proposta.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do Contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do Contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. Multa:

14.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

14.2.2.2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do Censipam e todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;

14.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com os Órgãos e Entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "14.2.4" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.

14.4. As sanções previstas nos subitens "14.2.1", "14.2.3", "14.2.4" e "14.2.5" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

14.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, e inicia-se com a assinatura do Contrato, sendo este improrrogável, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

16.1. Atestado de Exclusividade (5131410);

16.2. Proposta de Preços (5131488);

16.3. Política de Garantia TRANE - peças (4749186);

16.4. Estudo Técnico Preliminar nº 33/2021 (5242788).

Porto Velho - RO, 06 de julho de 2022.

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR
Integrante Requisitante

MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA BRAGA
Integrante Técnico

LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO
Integrante Administrativo

ROSEVAL SERRADO LEITE
Gerente do Centro Regional de Porto Velho

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

Aprovo este Termo de Referência, de acordo com o artigo 7º, §2º e §9º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO, Assessor(a)**, em 07/07/2022, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Onaldo de Souza Júnior, Assessor(a)**, em 07/07/2022, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Oliveira Braga, Assessor(a)**, em 07/07/2022, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Roseval Serrado Leite, Gerente do Centro Regional**, em 07/07/2022, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 08/07/2022, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 11/07/2022, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5290572** e o código CRC **34E9AC50**.